



# CONDIÇÃO URBANA CONTEMPORÂNEA DE GOIÂNIA: HISTÓRIA URBANA E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO (SESSÃO TEMÁTICA 9 – CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

**Luana Rodrigues Tomazett**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás | luanatomazett@gmail.com

**Ana Clara Spadeto Aires**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás | aninhaspadeto@gmail.com

**Israel do Carmo Adorno**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás | israeladorno16@gmail.com

**Sandra Catharinne Pantaleão Resende**

Pontifícia Universidade Católica de Goiás | catharinne@pucgoias.edu.br

---

## Sessão Temática 09: Cidade, história e cultura em disputa

---

**Resumo:** A pesquisa analisa a estrutura urbana de Goiânia, considerando sua transformação e a legislação urbana, com foco na formação de centralidades que, inicialmente, eram áreas periféricas. Por meio da análise morfológica e levantamento de dados cartográficos foram identificados estágios de ocupação, adensamento e desenvolvimento em bairros como Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico, Setor Leste Universitário e Jardim Goiás, visto que estruturaram a região sul a partir da expansão a leste do Córrego Botafogo. O estudo destaca períodos específicos para compreensão da dinâmica atual da capital de Goiás: a gênese como "cidade nova" (1933-1947), a expansão influenciada por políticas públicas (1950-1964), a reconfiguração impulsionada por financiamentos federais (1969-1975) e o adensamento associado à expansão metropolitana (1975-1994). Os resultados evidenciam a influência de ações político-institucionais e econômico-fundiárias na produção do espaço urbano. As áreas periféricas e a ruptura do tecido urbano original são marcas do crescimento de Goiânia, que reflete uma urbanização heterogênea e segregação socioespacial.

**Palavras-chave:** Goiânia; história urbana; centralidades urbanas; expansão territorial; dinâmicas de urbanização.

## CONTEMPORARY URBAN CONDITION OF GOIÂNIA: URBAN HISTORY AND TERRITORIAL FRAGMENTATION

**Abstract:** The research analyzes the urban structure of Goiânia, considering its transformation and urban legislation, with a focus on the formation of centralities that initially emerged as peripheral areas. Through morphological analysis and the survey of cartographic data, stages of occupation, densification, and development were identified in neighborhoods such as Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico, Setor Leste Universitário, and Jardim Goiás, which shaped the southern region following the expansion east of the Botafogo Stream. The study highlights specific periods to understand the current dynamics of Goiás' capital: the genesis as a "new city" (1933–1947), the expansion influenced by public policies (1950–1964), the reconfiguration driven by federal funding (1969–1975), and the densification associated with metropolitan expansion (1975–1994). The results demonstrate the influence of political-institutional and economic-land strategies in shaping the urban space. Peripheral areas and the disruption of the original urban fabric are hallmarks of Goiânia's growth, reflecting heterogeneous urbanization and socio-spatial segregation.

**Keywords:** *Goiânia; urban history; urban centralities; territorial expansion; urbanization dynamics.*

---

## CONDICIÓN URBANA CONTEMPORÁNEA DE GOIÂNIA: HISTORIA URBANA Y FRAGMENTACIÓN DEL TERRITORIO

**Resumen:** *La investigación analiza la estructura urbana de Goiânia, considerando su transformación y la legislación urbana, con un enfoque en la formación de centralidades que, inicialmente, eran áreas periféricas. A través del análisis morfológico y el levantamiento de datos cartográficos, se identificaron etapas de ocupación, densificación y desarrollo en barrios como Vila Redenção, Setor Pedro Ludovico, Setor Leste Universitário y Jardim Goiás, que estructuraron la región sur a partir de la expansión hacia el este del Arroyo Botafogo. El estudio destaca períodos específicos para comprender la dinámica actual de la capital de Goiás: la génesis como 'ciudad nueva' (1933–1947), la expansión influenciada por políticas públicas (1950–1964), la reconfiguración impulsada por financiamiento federal (1969–1975) y la densificación asociada a la expansión metropolitana (1975–1994). Los resultados evidencian la influencia de acciones político-institucionales y económico-fundiarías en la producción del espacio urbano. Las áreas periféricas y la ruptura del tejido urbano original son marcas del crecimiento de Goiânia, que refleja una urbanización heterogénea y una segregación socioespacial.*

**Palabras clave:** *Goiânia; historia urbana; centralidades urbanas; expansión territorial; dinámicas de urbanización.*

## INTRODUÇÃO

A história urbana é um campo de conhecimento específico que tem se destacado desde a segunda metade do século XX como reflexo da crise das ciências sociais, e, em especial, relacionado às reflexões dos estudos urbanos, permitindo reflexões sobre a própria narrativa oficial e a revisitação das dinâmicas e processos de ocupação territorial, notadamente em cidades novas. Por vezes, a compreensão das cidades, é objeto de discussão de diversos campos de conhecimento, destacando-se biografias urbanas, história da cidade e história do urbanismo (SILVA, 2002).

A partir da história urbana é possível compreender a cidade enquanto processo e a constituição de sua forma urbana ao longo do tempo, visto que se debruça sobre suas transformações a partir dos fatos sociais. Para esse estudo, consideram-se os agentes que aturam na materialização da nova capital de Goiás e as legislações atreladas ao processo que foram determinantes para a configuração atual da cidade. Ademais, tem-se a revisitação às contingências históricas com propósito de ampliar as lentes sobre a circulação de ideias e a concretude da capital do Estado de Goiás. Isso possibilita analisar Goiânia inserida num processo histórico de urbanização e desenvolvimento nacional e suas configurações formais como representações sociais dos sujeitos envolvidos neste território, constituindo diversas e diferentes paisagens que, por muito tempo, permaneceram sombreadas pelo destaque dado aos personagens heroicos como representantes do feito histórico.

De modo geral, Goiânia expressa os seus genes de cidade nova (TREVISAN, 2020) uma vez que foi motivada pelo desejo de um fundador – Pedro Ludovico Teixeira, cujo objetivo era desvencilhar a capital do Estado de uma cidade incrustada em encostas e promover um desenvolvimento econômico associado à negação do passado numa perspectiva teleológica. Goiânia é “criada” como cidade capaz de atender aos requisitos administrativos e promover a modernização do Estado: este seria seu segundo gene – a função que justificaria sua criação. Não obstante, para que este desejo pudesse ser concretizado, dever-se-ia atender aos demais genes de uma cidade nova: o lugar, os profissionais e o projeto, respectivamente, o sítio escolhido por uma comissão e legitimado por um renomado engenheiro e funcionário público Armando Augusto de Godoy; Attílio Correa Lima, responsável pelo plano piloto da cidade e definição dos edifícios públicos que constituiriam a Praça Cívica e os projetos por ele apresentado entre 1933-35.

Nesse contexto, largamente difundido na historiografia da urbanização brasileira, por vezes, a migração e a necessidade de áreas para os trabalhadores das obras da cidade ficaram em segundo plano, comprometendo as condições para a materialização da cidade ideal. Esse apagamento implicou na subestimação de agentes e processos associados ao sexto gene: o tempo.

Para Trevisan (2020), o tempo é um elemento estruturador que transcende a simples cronologia, sendo essencial para compreender as dinâmicas de permanência, transformação e adaptação das cidades novas. Ele argumenta que as cidades, enquanto laboratórios

socioespaciais, devem ser analisadas em sua relação com o tempo, considerando como suas funções, forma e significado evoluem ou se adaptam às demandas sociais, econômicas e políticas ao longo das décadas.

Esse fator temporal também possibilita revelar como projetos utópicos, muitas vezes idealizados em um momento histórico específico, podem ser ressignificados em outro, transformando-se em algo distante do plano original ou, em alguns casos, perpetuando seus ideais ao longo de gerações. Assim, o tempo atua como uma lente para interpretar as cidades como entidades vivas, inseridas em um fluxo contínuo de mudanças ampliando o marco de sua fundação, tendo em vista também os desafios correlacionados a sua materialização.

Em vista disso, a conjuntura para criação da cidade nova revela um projeto político visando a modernização do Estado alavancada por uma espécie de “colonização” do sertão. No entanto, percebe-se que, em muito pouco tempo, um “abismo” entre a proposta e o que se concretizou entre 1940-50. Essa discrepância ressalta como o tempo opera não apenas como uma dimensão cronológica, mas como um fator que evidencia o distanciamento entre os ideais e a realidade concreta das cidades novas.

Houve, desde o início da implantação de Goiânia, uma contínua expansão superando o cinturão verde previsto como limite da cidade nova. Essa transformação da cidade ideal em cidade real, impulsionada pelas pressões econômicas e pela demanda habitacional, evidencia como o tempo reconfigura as intenções originais do planejamento urbano. No caso de Goiânia, o processo de expansão urbana, inicialmente controlado pelo Estado, gradualmente cedeu espaço a uma urbanização marcada pela fragmentação e pela influência de empreendedores imobiliários. Essa dinâmica ilustra o descompasso entre o projeto político de modernização e a materialização da cidade, sinalizando o tempo como mediador entre as expectativas idealizadas e as condições sociais e econômicas que moldam a tessitura urbana. Dessa forma, o tempo emerge como uma dimensão que, além de transformar, o espaço físico, redefine as práticas e relações sociais, expondo os desafios e contradições inerentes às cidades novas no Brasil.

## **COMPREENDENDO A ESTRUTURA URBANA DE GOIÂNIA E A CONCEPÇÃO URBANÍSTICA MODERNA NO BRASIL**

Entende-se que Goiânia é resultante de um projeto urbanístico desenvolvido e reformulado por diversos profissionais, sendo uma das principais cidades novas resultantes do pensamento modernista no Brasil. Entre os interesses de legitimar a visão modernizadora do sertão, havia também os econômicos que levaram à expansão dos limites iniciais, à medida que novos loteamentos foram aprovados ainda que não constassem com seus respectivos projetos. No entanto, permitiria ao Estado, em um primeiro momento, controlar essa ocupação e garantiria os recursos necessários para a construção da cidade, seguida por uma pressão dos empreendedores imobiliários e proprietários de terras para aprovação de novos parcelamentos em um raio de 15 km a partir da Praça Cívica.

A história oficial de Goiânia é relatada por diversos autores que buscaram estudar suas origens e formação, centrados muitas vezes nos aspectos projetivos de sua concepção e na atuação de seu criador ou na descrição histórica. No entanto, é preciso observar o papel dos sujeitos sociais que conduziram a formação de outras paisagens para além do desenho de Atílio Correa Lima (1933) e as modificações do escritório dos irmãos Coimbra Bueno (1938). Toma-se como ponto de partida a planta aprovada no decreto nº 90-A de 1938 que determinou as áreas urbanas e suburbanas de Goiânia para observar as relações entre as áreas delimitadas como zona urbana e suburbana e, posteriormente, os processos de ocupação dessas áreas, perpassando pelas demais legislações de uso e ocupação do solo.

A zona urbana foi delimitada pelos setores Central, Norte, Sul, Oeste, Cidade Satélite de Campinas, além do Aeroporto, Parque dos Buritis, Parque do Capim Puba, do Bandeirantes, Zoológico e Hipódromo e a área suburbana ficou definida entorno destes. Apesar de exigir que os loteamentos só poderiam ser instalados com infraestrutura, observa-se que nas áreas a Leste do Córrego Botafogo e a Oeste do Capim Puba, além do entorno contíguo à cidade satélite de Campinas, ocorreu a implantação de ocupações provisórias, uma concentração operária que estava à margem da própria cidade planejada. Compreender essas relações é fundamental, pois, em certa medida, esses sujeitos silenciados contribuíram para a ampliação da planta urbanística da capital. O decreto-lei nº 574, de 12 de maio de 1947, definiu o Código de Edificações que, além de conter a Lei de Zoneamento e a de Loteamento, transferiu a obrigação de infraestrutura básica para a iniciativa privada, fato que foi revogado mediante as pressões sofridas, passando a exigir apenas a locação e abertura das vias (RIBEIRO, 2004). Isso promoveu o maior número de loteamentos aprovados na história até então, além de incorporar a Fazenda Macambira como área passível de loteamento, aumentando significativamente o perímetro urbano da cidade, e a definição do Setor Pedro Ludovico, ainda que fora da área urbana na época.

Toma-se como ponto de partida para a periodização proposta, caracterizar a formação dos seguintes bairros: Setor Leste Universitário, visando compreender o DNA e as mutações de Goiânia, tendo em vista o projeto inicial e as ocupações não planejadas – entre 1933 e 1947; em seguida, observa-se a ampliação do espaço com os loteamentos que foram aprovados entre 1950 e 1964, considerando a interferência do Estado no controle do espaço urbano, exemplificado pelo Setor Pedro Ludovico; o terceiro momento é caracterizado pelas políticas urbanas de habitação de interesse social e controle da expansão urbana entre 1969-75 e a constatação da dialética entre centro e periferia, tendo por referência os bairros Vila Redenção e a ocupação da Região Norte; e, posteriormente, assinala-se o papel do Jardim Goiás no adensamento e constituição da região metropolitana, considerando os últimos 30 anos e os dois últimos planos diretores (1992 e 2007). Para tanto, foram caracterizados os aspectos dos bairros e regiões selecionados, visando apontar a dinâmica de crescimento, desenvolvimento e adensamento da cidade, além de caracterizar seus fragmentos e estágios morfológicos, a partir das considerações de Panerai (2006).

A pesquisa parte do princípio de que a cidade não mantém uma forma estável e, conseqüentemente, seu desenho reflete sua própria complexidade e os desafios para o planejamento urbano, principalmente por ter sido um processo intenso e rápido, ainda que a ocupação de grande parte destes loteamentos não tenha se consolidado totalmente, apontando a especulação imobiliária como uma característica de sua história (MOYSES, 2004). Por outro lado, o contingente populacional de menor poder aquisitivo acabou por ocupar áreas irregulares, levando a formação de áreas periféricas estigmatizadas, como é o caso dos Setores Leste Universitário e Pedro Ludovico, além da Vila Redenção e Região Norte. Essa leitura buscou compreender a constituição morfológica destes loteamentos, verificando suas origens, seus desmembramentos até sua atual condição de desenvolvimento.

Para o desenvolvimento da pesquisa tem-se as discussões do referencial teórico entre os alunos de iniciação científica, definindo os métodos de análise e elaboração do material gráfico, à medida que, para cada um dos bairros e regiões mencionados, tem-se um plano de trabalho específico. Como sistematização do estudo e organização do material levantado, definiu-se como método de leitura a análise morfológica histórico-geográfica da escola francesa, visando apontar os estágios morfológicos e as características do desenho urbano, em que envolve além da caracterização do traçado, suas dinâmicas sociais, perpassando as distinções de Panerai (2006) quanto ao traçado e o tecido.

Para obtenção dos dados, foram realizadas visitas a órgãos públicos da prefeitura de Goiânia (acervo histórico, biblioteca e coleta de dados na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação), visando a coleta de dados cartográficos: imagens aéreas - fonte primária/imagens originais, que permitiram analisar a ocupação, adensamento e o crescimento da cidade (PANERAI, 2006).

Contudo, houve dificuldades nessa busca de documentos e materiais, visto o desaparecimento e desgaste dos arquivos existentes na biblioteca, principalmente relativas à aerofotogrametria e documentos legislativos das décadas de 1950-1970, visto que as políticas urbanas e controle do solo urbano eram atribuições do Estado. Mesmo assim, o esforço coletivo do grupo de pesquisa permitiu organizar o material levantado, sua sistematização para descrever a história de ocupação da cidade. A partir desse material foram desenvolvidas peças gráficas com o auxílio de softwares e aplicativos como: Google Earth – obter imagens atuais da região, Autocad, Photoshop, CamScanner, entre outros.

A aplicação da análise morfológica permitiu organizar e analisar os fenômenos que culminaram em analisar a forma urbana a partir dos objetos selecionados, bem como suas relações políticas, econômicas e sociais. Os mapas constituem uma cartografia analítica de como o traçado urbano foi sendo moldado ao longo do tempo, considerando os aspectos políticos institucionais, mediante a análise da legislação urbanística e os econômicos fundiários, tendo em vista a atuação dos empreendedores imobiliários e donos de terras.

Com essa análise buscou-se contextualizar o crescimento da cidade desde sua origem, com base nas teorias discutidas, avaliando a condição urbana contemporânea, considerando o

processo de fragmentação do território. Com isso, é possível revisitar as fontes primárias e compreender a estruturação urbana para além do plano projetado e especificado em 1938 e 1947, pois apresentam-se reflexões sobre a organização do crescimento da região e suas tendências futuras na dinâmica metropolitana.

As fontes primárias permitiram também observar as relações entre os agentes produtores do espaço urbano e as contingências sócio-históricas da cidade, muitas vezes não claras ao relatar o projeto proposto por Attílio Correa Lima.

## **A CONCEPÇÃO DE GOIÂNIA COMO CIDADE NOVA E AS TENSÕES SOCIOESPACIAIS**

Conforme relatam Cordeiro (1989), Moraes (1991) e Moysés (2004) houve uma expansão da cidade motivada pela especulação das terras contíguas à área urbana e as ocupações por parte da classe operária, conformando espaços distintos daqueles previstos na proposta de Attílio Correa Lima e na Planta de 1938. Vários bairros foram aprovados, especialmente, na década de 1950, totalizando 160 loteamentos registrados. Não significa, porém, que houve a marcação desses no território da cidade e tampouco sua efetiva ocupação. Havia uma movimentação em busca da valorização da terra, esta vista como mercadoria, deflagrando uma mudança importante na forma urbana da cidade.

Ao mesmo tempo que houve a implosão de inúmeros loteamentos, assistiu-se a um processo migratório intenso. Para Ribeiro (2004), Goiânia assumiu o papel de cidade de fronteira frente ao perfil das pessoas que vieram em busca de oportunidades, abrindo possibilidades de ocupação do interior do país. Entre 1940 e 1960, a população residente ultrapassou o limite inicial de 50 mil habitantes, saltando de 18.889 habitantes urbanos para 40.333 e, depois, em 1960 para quase 150 mil pessoas e em menos de quatro anos já eram computados mais de 260 mil.

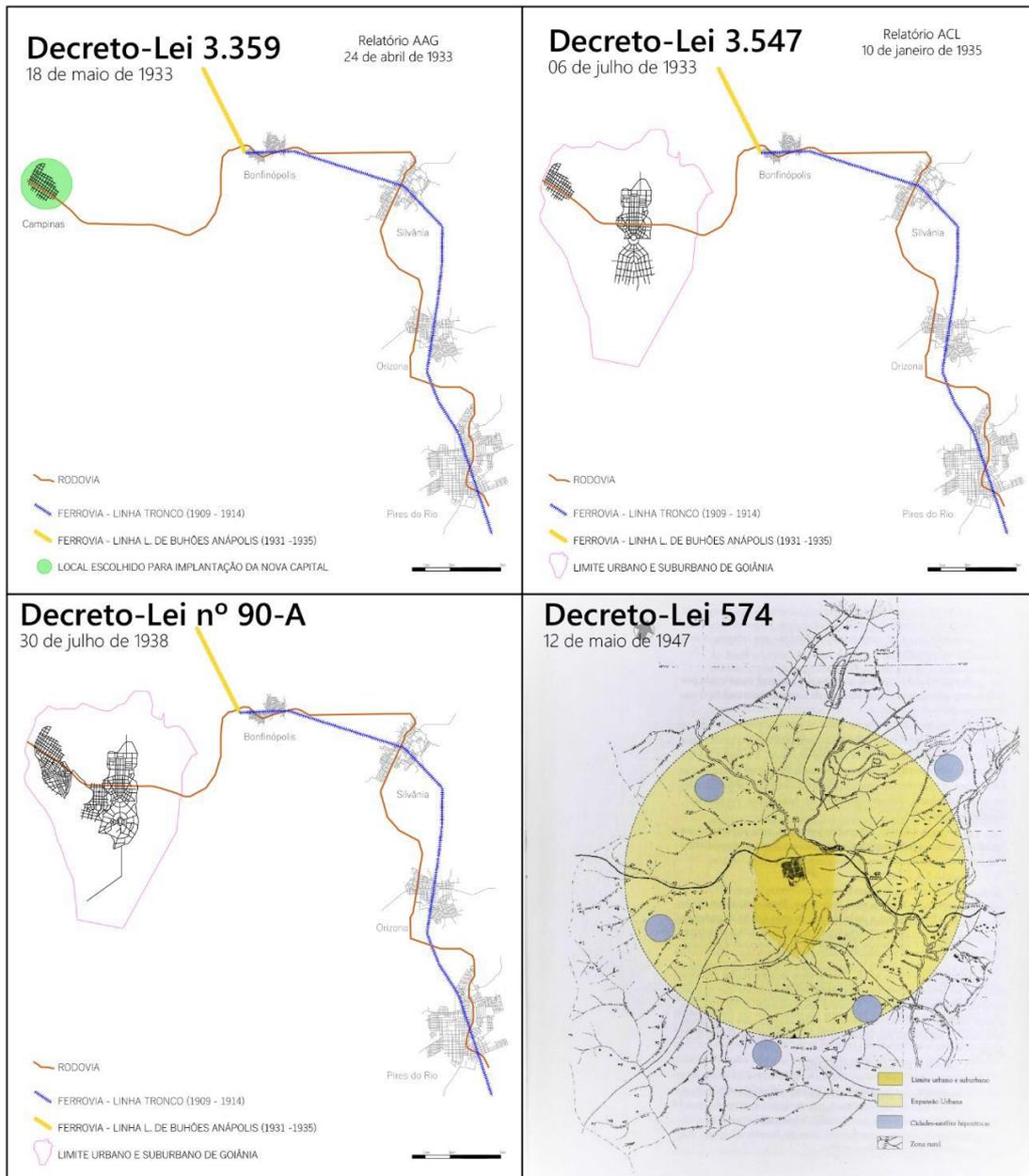
Ao revisitar os documentos históricos, observa-se que a cidade de Goiânia foi idealizada entre 1933-1938 e sua efetiva formação é do início dos anos 1940, quando houve o batismo cultural, em 1942. O sítio inicial foi demarcado entre os Córregos Botafogo e Capim Puba, respectivamente a leste e a oeste, possibilitando uma ocupação setorizada e articulada às características físico-ambientais. No relatório de Armando Augusto de Godoy (MANSO, 2018), havia a preocupação de menores custos de infraestrutura e melhor aproveitamento das condições naturais.

Os primeiros desenhos materializaram-se nos Setores Central e Norte (zona residencial), juntamente com o centro administrativo, aeródromo, zona industrial e as avenidas Pedro Ludovico, Araguaia, Goiás, Tocantins e Anhanguera. Além dos setores Central e Norte, o arquiteto deixou esboçado o desenho dos Setores Sul, Oeste e Leste, sendo este último uma reserva de área, planejada para uma expansão futura da cidade, caso ultrapassasse a previsão de 50.000 habitantes. Em todos esses bairros, Attílio preferiu um desenho que respeitasse a

topografia do terreno, optando por uma malha ortogonal, tipo “tabuleiro xadrez” com ligações naturais entre os setores (Gonçalves, 2003, p. 55). Apesar do plano não ter incluído o Setor Leste, este é, atualmente, considerado uma área tradicional da cidade e corresponde aos bairros Setor Leste Vila Nova, Vila Nova e Setor Leste Universitário.

As mudanças mais significativas ocorreram entre as décadas de 1950-60 quando a cidade ultrapassou tanto seus limites físicos quanto os demográficos, desencadeando um espraiamento e menor controle quanto ao uso do solo urbano. Muitos bairros foram aprovados e outros regularizados (figura 1).

**Figura 1: Espacialização dos Decretos**



Nota: Lei quanto à definição do perímetro de Goiânia. Decreto Lei 3359, definição do lugar; Decreto-lei 3547, perímetro do município, incorporando Campinas; Decreto-lei nº90-A, redefinição do núcleo urbano de Goiânia e, Decreto-Lei nº 574, definição das áreas do Estado e do Município.  
Fonte: Manso, 2018, p. 172.

Ao analisar os decretos entre 1933 e 1947, observa-se que o planejamento visava a ocupação da cidade em todas as direções, permitindo a alteração do perímetro urbano, à medida que houve a extensão da aglomeração. No sentido Leste, há a superação da barreira do Córrego Botafogo e a importância da Avenida Anhanguera como linha de crescimento, articulando essa região ao núcleo original e a Campinas. Por outro lado, a estruturação viária do Setor Sul, permitiu a articulação a Sul, caracterizando a malha viária como um dos elementos reguladores para a expansão da cidade.

Desse modo, tem-se a formação do Setor Leste Universitário dado o crescimento contínuo do núcleo original e o crescimento descontínuo a sul, pela implantação do Setor Pedro Ludovico. Este, localizado mais a sul, foi alvo da remoção e assentamento das famílias que viviam na região Leste. Significa que a constituição do Setor Leste Universitário e do Setor Pedro Ludovico está articulada ao assentamento e os conflitos sociais decorrentes da migração.

A outra cidade não reconhecida nos planos de 1938 e 1947 foi palco de disputas e de ocupações irregulares à medida que a regularização das áreas a Leste do plano original desdobra-se em remoções (figura 2).

Figura 1: Vista aérea da situação da cidade (1937).



Fonte: IBGE, acervo histórico (2019), acervo dos autores, 2020.

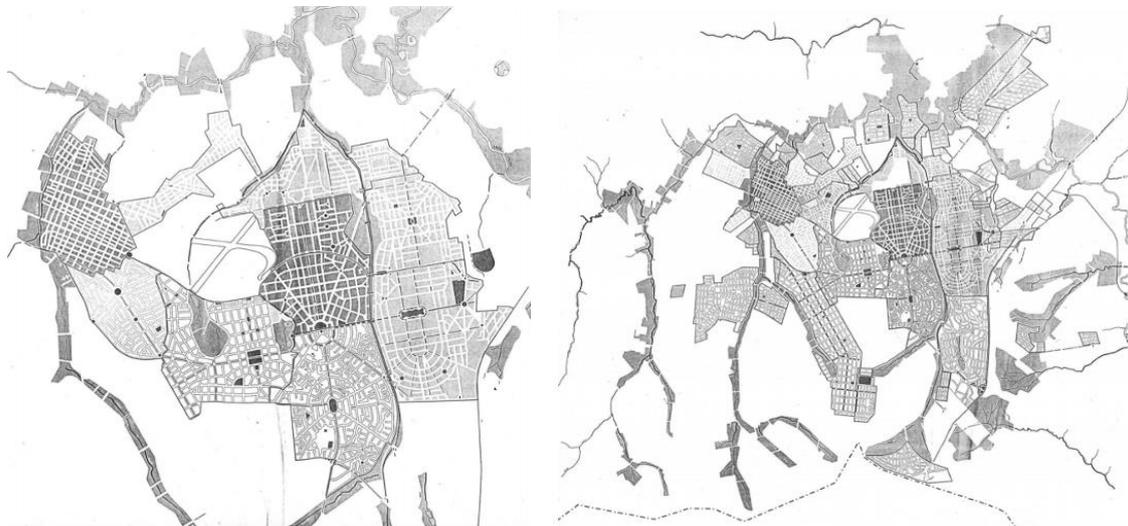
No entanto, diferentemente do Setor Leste Universitário que foi inserido na planta de urbanização de 1947, o setor Pedro Ludovico somente foi regularizado nos anos 1950, com proposta urbanística de Ewald Janssen, topógrafo contratado pelo estado em 1951, quando Pedro Ludovico Teixeira retornou ao poder e, por meio do departamento de topografia, foram definidos o traçado das áreas pertencentes ao Estado, visando o controle sobre elas, numa tentativa de frear uma outra cidade em formação. Ademais, observa-se a expansão da região norte, com definição de vários loteamentos voltados à população de menor poder aquisitivo, no processo de expansão e espraiamento da cidade, apoiadas em políticas habitacionais, sob financiamento do governo federal.

Desse modo, a cidade foi se ampliando para que os migrantes pudessem se assentar na cidade, ainda que fosse na outra cidade e, aqueles que estavam nas áreas centrais, em ocupações irregulares se deslocaram, num primeiro momento, para a porção sul da cidade, em direção à Fazenda Macambira, atual Setor Pedro Ludovico. A crença por melhores condições motivava a migração de nordestinos para Goiânia, além da recente construção de Brasília, que auxiliava na atratividade. Na região leste (Vila Nova e Setor Leste Universitário), as instalações ilegais foram se firmando em meio a conflitos com o estado, diferente do que relatam sobre a região sul, da qual aparentemente se sucedeu de forma tranquila e com a conveniência do Estado (COSTA, 2016).

Essa primeira fase de caracterização do território de Goiânia permite afirmar uma atuação efetiva do poder público que, por meio da definição de uso e ocupação do solo, buscava não só fixar a população em áreas estratégicas como também definir as classes sociais em cada uma das regiões, alavancando também a ação dos agentes privados devido às sucessivas mudanças nos limites urbanos da cidade.

No entanto, assistiu-se ao maior número de loteamentos aprovados, cerca de 160, sem que houvesse a exigência de infraestrutura, aflorando o estoque de terras e uma ação enviesada pela valorização da terra, provocando um espraiamento inimaginado (figura 3).

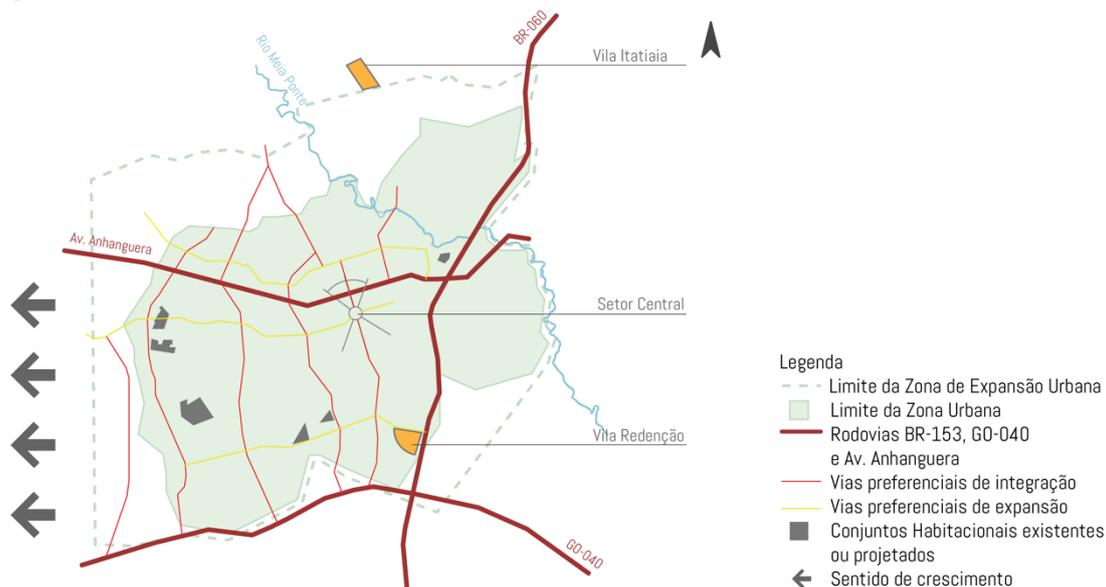
**Figura 2: Loteamentos aprovados/existentes até 1945 (à esquerda); loteamentos aprovados até 1954 (à direita).**



Fonte: Mendes (2013).

Visando um maior ordenamento territorial e busca por financiamento federal, nos anos 1960 tem-se outra estratégia para a ocupação da cidade. Ao contrário da primeira fase que definiu a ocupação das áreas já definidas na planta de 1947, a partir de 1969 buscou-se controlar a expansão urbana tendo três diretrizes principais: estruturação do sistema viário a fim de articular os fragmentos; conjuntos habitacionais nas áreas periféricas, levando a ocupação mais efetiva da zona suburbana do que da urbana e, por vezes, a ocupação de áreas rurais, como na Região Norte. Destaca-se nesse processo os conjuntos habitacionais definidos nesse período, como a Vila Redenção a sul e a Vila Itatiaia a norte (figura 4).

**Figura 3: Perímetros Urbanos**



Nota: Esquema de ocupação e expansão previstos no PDIG, 1969 com destaque à localização da Vila Redenção e Itatiaia.

Fonte: Goiânia, 1969 com adaptação dos autores, 2018.

Essa expansão urbana se consolida à medida que o sistema viário se torna o principal elemento regulador do crescimento da cidade, favorecendo o “estoque de terras” por meio de vazios urbanos, levando a significativas mudanças no perímetro urbano entre 1971-1984.

Entre os incentivos de ocupação das áreas mais próximas ao núcleo original, tem-se o Jardim Goiás, que é resultante das ações econômico-fundiárias e político-institucionais, verificando-se principalmente que se trata de um bairro aprovado nos anos 1950 e só efetivamente povoado a partir dos anos 1980, mediante a implantação de equipamentos urbanos. Análise da dinâmica de ocupação da cidade se revela pela estruturação de um eixo norte-sul, em que se observa o incentivo de ocupação nas áreas pertencentes ao Estado e, depois em 1992, com as definições de novas centralidades, estímulo à ocupação do Jardim Goiás. A comparação entre as manchas urbanas desse eixo possibilita compreender a atuação dos promotores imobiliários e dos agentes públicos, que possibilitam a expansão da cidade em todas as direções, mas de modo mais estruturado nesse eixo, destacado abaixo (figura 5).



loteamentos em áreas periféricas (1975-1994) e, por fim, o adensamento e constituição da região metropolitana, considerando os últimos 30 anos.

Ao abordar esse processo, percebe-se que o plano inicial de Goiânia apresentava propostas inovadoras, uma vez buscava implantar técnicas vigentes à época no país, afirmando a circulação do ideário moderno na produção do espaço urbano. Contudo, grande parte de sua intenção foi modificada pela atuação político-institucional e econômico-fundiária, que colaborou para um crescimento desordenado da cidade. Isso porque permitiu a atuação dos empreendedores imobiliários, interessados em valorizar suas terras, e, por outro, apresentou soluções que não contiveram o déficit habitacional, provocado pela intensa migração. Essa ação de descaso acabou impulsionando as invasões, que configuraram um novo cenário urbano na capital já na década de 1930.

Ademais, a formação da estrutura urbana de Goiânia não se limitou aos planos originais, pois a dinâmica de sua efetiva ocupação ocorreu também por uma outra cidade, visto a ocupação de áreas não parceladas por parte da população de menor renda. Esse cenário retrata a segregação socioespacial que caracteriza o território de Goiânia, indicando a falta de uma política habitacional efetiva.

O núcleo inicial, também denominado por pioneiro ou planejado é o elemento de concentração da paisagem urbana e tem sido alvo de processos de *renovatio urbis* (SECCHI, 2009) e de formação de novas centralidades, reafirmando o espraiamento e a fragmentação como características da paisagem urbana. As ações empreendidas sobre a tessitura consolidada remetem a um panorama de ressignificação do extrato urbano como mecanismo de sobrevivência em meio à dilatação de suas bordas. A fragmentação do tecido urbano revela também a coexistência de diferentes rupturas historiográficas, permitindo revisitar as fontes oficiais e constatar lacunas ou abordagens que permitam visibilizar sujeitos não considerados na historiografia urbana. A constituição da fisionomia urbana de Goiânia reforça esses pontos em que a ruptura do tecido urbano original possui duas gêneses distintas e marcas inerentes da dispersão: a dinamicidade da periferia urbana, mediante as estratégias de intervenção no território que são ações seletivas, ora dominadas pelas ações político-institucional, ora pautadas pela ação econômica-fundiária.

## REFERÊNCIAS

COSTA, F. V. *Um ornitorrinco no cerrado: bairros populares e outros pioneiros na formação e expansão urbana em Goiânia*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

GOIÂNIA. Prefeitura de. *Plano Diretor de 1992*. Vol. 1 e 2. Goiânia: SEPLAM, 1994. Disponível em:

[http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do\\_19941223\\_000001316.pdf](http://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/1994/do_19941223_000001316.pdf).

\_\_\_\_\_. *Plano Diretor de 2007*. Goiânia: SEPLAM, 2007.  
\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - PDIG de 1969*. Goiânia: SEPLAM, 1969.

GONÇALVES, A. R. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional / UFG, 2003.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *A URBS e os seus problemas: uma lição de urbanismo na trajetória profissional de Armando Augusto de Godoy*. 2018. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARX, Murillo. *Cidades no Brasil, em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

MEDEIROS, Wilton. "PDIG/Goiânia (1968): a inserção da questão habitacional na metodologia urbanística de Jorge Wilhelm". *CIEC/UNICAMP*, Campinas, v. 6, n. 8, jun. 2014.

MENDES, Juliana Fernandes. *Uma cidade para o capital: especulação imobiliária e déficit habitacional em Goiânia (1933-1964)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

MONTEIRO, O. S. N. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

MORAES, Sérgio de. *O empreendedor imobiliário e o Estado: o processo de expansão de Goiânia em direção sul (1975-1985)*. 1991. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 1991.

MOTA, Juliana. *Goiânia, anos 60: os planos diretores de Luís Saia e de Jorge Wilhelm/Serete e as diferentes práticas de planejamento urbano nos períodos pré e pós SERFHAU*. Salvador: ANPUR, 2005.

MOYSES, Aristides. *Goiânia: metrópole não planejada*. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

RIBEIRO, M. E. J. *Goiânia: os planos, a cidade e o sistema de áreas verdes*. Goiânia: Ed. UCG, 2004.

SECCHI, Bernardo. *A cidade do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SILVA, Luís Octávio da. "História urbana: uma revisão da literatura epistemológica em inglês". *EURE (Santiago)*, Santiago, v. 28, n. 83, p. 31-44, maio 2002. Disponível em: [https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0250-71612002008300003&lng=es&nrm=iso](https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008300003&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 20 jan. 2020.

TREVISAN, Ricardo. *Cidades novas*. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WILHEIM, Jorge. "Urbanismo no subdesenvolvimento". In: \_\_\_\_\_. *Saga*. Rio de Janeiro: 1969. p. 247-275.

ZÁRATE, Halina Veloso; PANTALEÃO, Sandra Catharinne. "Análise da fragmentação urbana em Goiânia: o caso do Botafogo". *Estudos (Goiânia. Online)*, v. 41, p. 137-154, 2015.